

SOCIEDADE

Em Moçambique

Professores elaboram testes com objectivo de prejudicar alunos

A constatação é do Centro de Estudos de Políticas Educativas da UP, que está a analisar o assunto de modo a traçar-se medidas correctivas e trazer uma avaliação virada para a formação dos alunos

Benedito Luis
benedito.uelmo@soico.co.mz

O Centro de Estudos de Políticas Educativas (CEPE) da Universidade Pedagógica (UP) considera que muitos professores têm estado a elaborar provas de avaliação com o objectivo de prejudicar os estudantes, desviando-se, deste modo, dos reais objectivos que norteiam a elaboração de um teste académico – uma avaliação para a formação dos alunos. A informação foi avançada ontem pela directora do CEPE, Hildizina Dias.

"Nós ainda temos uma lógica que é muito excludente, que se circunscreve em reprovar e expulsar o aluno da escola", disse Dias durante a Conferência sobre a Avaliação Educativa em Moçambique, um encontro que visa de entre outros objectivos, trazer à mesa de debate questões relativas às teorias e práticas ava-



A avaliação é feita com o objectivo de prejudicar os alunos

liativas e desenhar mecanismos sobre como estas podem contribuir para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem em Moçambique.

Contudo, Dias ressaltou que não se pretende com este deba-

te passar-se para um paradigma de favoritismo. "Queremos uma avaliação justa, objectiva e transparente", sublinhou a directora do CEPE.

A nossa interlocutora referiu ainda que o problema de avalia-

ção é universal e em muitos casos o aluno esforça-se para melhorar o seu desempenho.

Com efeito, durante uma conferência de dois dias, docentes e estudantes da UP, Técnicos e funcionários do Ministério da Edu-

cação e Cultura, professores das escolas primárias e secundárias, bem como investigadores da área de educação irão debater a matéria ligada à avaliação educacional e encontrar soluções do problema ora constatado.

No encontro serão debatidos temas como as tendências e desafios da avaliação educacional, as políticas de avaliação em Moçambique e ainda a avaliação da aprendizagem em diferentes modalidades de ensino.

No final do encontro espera-se que sejam desenhados subsídios para a melhoria do sistema avaliativo em Moçambique, subsídios teóricos e práticos para a reforma curricular da UP.

Recorde-se que em 2008, o CEPE realizou uma conferência sobre a formação de professores em Moçambique que permitiu colher subsídios para a reforma em curso, aliás, já está na fase conclusiva a produção de um livro sobre a formação de docentes. ■

Desmobilizados e deficientes de guerra descontentes com trabalho da CTI

Heisler David
heisler.david@soico.co.mz

Desmobilizados de guerra e deficientes militares mostraram-se descontentes com o trabalho desenvolvido pela Comissão Técnica Inter-ministerial dos desmobilizados. Segundo os ex-militares, a CTI é composta por indivíduos incompetentes, sem qualquer plano credível, muito menos agenda

clara para negociar o problema dos desmobilizados e deficientes militares. As acusações dos desmobilizados surgiram durante o encontro da CTI, realizado ontem na cidade de Maputo, que visava discutir a reinserção social do desmobilizado e perceber as dificuldades que os mesmos têm enfrentado. Na ocasião, os desmobilizados e deficientes militares disseram ser pertinente que se faça

qualquer coisa para pressionar o Governo, ou à luz da Constituição da República, artigo 69, apresentar-se uma queixa formal ao Presidente da República sobre o que está a acontecer. Pois, segundo os visados, o problema não é do Governo mas sim das pessoas que não merecem estar na CTI. Diante desta situação, os desmobilizados defendem que seja feita uma reestruturação na CTI de modo a

potenciar aquele organismo de entidades técnicas credíveis, capazes de apresentar propostas concretas e práticas para resolver os problemas que afligem os desmobilizados. No entanto, Jacinta Jorge, representante do CTI, respondeu aos desmobilizados referindo que "estes pronunciamentos vão sempre existir, mas esta comissão criada é a comissão do Governo", disse Jacinta Jorge. A representante

do CTI, disse ainda que o real problema desta situação não é a composição da CTI, mas sim o facto dos desmobilizados não quererem reuniões conjuntas com os deficientes militares. De acordo com Jacinta Jorge, os desmobilizados apelam que haja reuniões separadas, pois os deficientes têm problemas particulares que não dizem respeito aos desmobilizados em geral. ■